

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BARCELOS

Anúncio n.º 3564/2008

**Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)
Processo n.º 1759/08.2TBBCL**

Insolvente: Confecções Vilor, L.da

**Publicidade de sentença e citação de credores
e outros interessados nos autos acima identificados**

No Tribunal Judicial de Barcelos, 2.º Juízo Cível de Barcelos, no dia 07-05-2008, às 18:00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora: Confecções Vilor, L.da, NIF — 501463445, com sede no Lugar de Cachada, Tamel S. Veríssimo, Apartado 119, 4754-909 Barcelos.

São administradores da devedora:

Olindo dos Santos Lourenço, casado, NIF-132328534, Endereço: Rua Dr. José Júlio Vieira Ramos, 249, Apartado 34, Arcozelo, 4750-180 Barcelos;

Fernando dos Santos Lourenço, casado, NIF-174090471, Endereço: Urb. S. José, Bloco 1, 3.º Esq. Frente, 4750-000 Barcelos;

Luís Miguel dos Santos Lourenço, Endereço: Parque Residencial da Abadia, casa 20, R/c Em, 4750-000 Alijó;

a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Edgar Nuno Bernardo, Endereço: Alameda D. Pedro 5, n.º 79, Sala E, 4400-000 Vila Nova de Gaia.

Ficam advertidos os devedores da insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores da insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º-CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 20 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º-CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º-CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º-CIRE):

A proveniência dos créditos, data de vencimento, montante de capital e de juros; as condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; a taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 09-07-2008, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º-CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º-CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º-CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º-CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º-CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º-CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa da Sr.ª Juiz (artigo 193.º do CIRE).

8 de Maio de 2008. — A Juíza de Direito, *Susana Maria Mesquita Gonçalves*. — O Oficial de Justiça, *Domingos Pereira*.

300301249

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BENAVENTE

Anúncio n.º 3565/2008

Processo n.º 869/07.8 TBBNV

No Tribunal Judicial de Benavente, 2.º Juízo de Benavente, no dia 24-04-2008, pelas 14:30 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es): Espiga & Espiga — Padaria e Pastelaria, L.da, NIF — 504804472, Endereço: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Foros de Salvaterra, 2120-226 Salvaterra de Magos, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Paulino João Bolieiro Pires, Endereço: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Foros de Salvaterra, 2120-000 Salvaterra de Magos;

Gisélia Maria dos Santos Ferreira, Endereço: Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, Foros de Salvaterra, 2120-000 Salvaterra de Magos;

a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Augusto Rosa Roberto, Endereço: Praceta Febo Moniz, Lt. 1, 2725-309 Mem Martins.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 24 de Junho de 2008, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72 do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só comecem a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

24 de Abril de 2008. — A Juíza de Direito, *Eugénia Torres*. — O Oficial de Justiça, *Domingos Martins Pereira*.

300291116

3.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE BRAGA

Anúncio n.º 3566/2008

Processo n.º 1061/95.8TBRRG

A Mm.ª Juíza de Direito Maria Deolinda G. G. Dionísio, do 3.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Braga, faz saber que no Processo Comum (Tribunal Singular) n.º 1061/95.8TBRRG (ex-processo n.º 325/95), pendente neste Tribunal contra a arguida Albina Antonieta Alves Joaquim, filha de Manuel Joaquim e de Maria da Conceição Alves, natural de: Gandarela, Guimarães; nacional de Portugal, nascida em 12-10-1965 estado civil: Casado, profissão: Desconhecida ou sem Profissão, BI — 8761263 domicílio: Rua do Cardoso, Bloco 3 A, 3.º Dt.º, S. Miguel das Caldas de Vizela, Vizela, por se encontrar acusada da prática do(s) crime(s): 1 crime de emissão de cheque sem provisão, p. e p. no artigo 11.º, n.º 1, al. a) do D.L. 454/91, de 28/12, com ref.ª ao artigo 314.º, al. c), do C.Penal, praticado a 23/09/1994, por despacho de 09-05-2008, proferido nos autos supra referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal.

13 de Maio de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria Deolinda G. G. Dionísio*. — A Escrivã-Adjunta, *Carolina R. P. C. Macedo*.

Anúncio n.º 3567/2008

Processo n.º 1115/96.3TBRRG

A Mm.ª Juíza de Direito Maria Deolinda G. G. Dionísio, do 3.º Juízo Criminal — Tribunal Judicial de Braga, faz saber que no Processo Comum (Tribunal Singular) n.º 1115/96.3TBRRG (ex-processo n.º 40/96), pendente neste Tribunal contra a arguida Albina Antonieta Alves Joaquim, filha de Manuel Joaquim e de Maria da Conceição Alves, natural de: Gandarela, Guimarães; nacional de Portugal, nascida em 12-10-1965 estado civil: Casado, profissão: Desconhecida ou sem Profissão, BI — 8761263 domicílio: Rua do Cardoso, Bloco 3 A, 3.º Dt.º, S. Miguel das Caldas de Vizela, Vizela, por se encontrar acusada da prática do(s) crime(s): 1 crime de emissão de cheque sem provisão,

p. e p. no artigo 11.º, n.º 1, al. a) do D.L. 454/91, de 28/12, com ref.ª ao artigo 314.º, al. c), do C.Penal, praticado a 30/09/1994, por despacho de 12-05-2008, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6 do Código de Processo Penal.

13 de Maio de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria Deolinda G. G. Dionísio*. — A Escrivã-Adjunta, *Carolina R. P. C. Macedo*.

Anúncio n.º 3568/2008

Processo n.º 1105/95.3TBRRG (ex-processo n.º 103/95) — Processo comum (Tribunal Singular)

N/ referência 5852659

A M.ma Juíza de Direito Maria Deolinda G. G. Dionísio, do 3.º Juízo Criminal — Tribunal Judicial de Braga:

Faz saber que no processo comum (tribunal singular) n.º 1105/95.3TBRRG (ex-processo n.º 103/95), pendente neste Tribunal contra o arguido António Carlos Ferreira Alves Pereira, filho de Amadeu Alves Pereira e de Maria da Conceição Ferreira, natural de: S. João de Souto, Braga; nacional de Portugal, nascido em 04-02-1950 estado civil: casado, profissão: desconhecida ou sem profissão, BI — 3056395 domicílio: Av.ª Dr. Abreu Lopes, n.º 60, 1.º, Esq.º, 2675 Odivelas, por se encontrar acusado da prática do(s) crime(s):

1 crime de emissão de cheque sem provisão, p. e p. no artigo 11.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28/12, com ref.ª ao artigo 313.º do C. Penal, praticado em 30-04-1994, por despacho de 09-05-2008, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

13 de Maio de 2008. — A Juíza de Direito, *Maria Deolinda G. G. Dionísio*. — A Escrivã-Adjunta, *Carolina R. P. C. Macedo*.

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE CHAVES

Anúncio n.º 3569/2008

Processo: 764/06.8TBCHV-B — Prestação de Contas (Liquidatário)

Credor: Luís Miguel Machado Alves
Insolvente: Ribeiro & Cachão, Lda

A Dr.ª Cidália Pereira da Silva, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores, Luis Miguel Machado Alves; Vodafone e o Ministério Público em representação da Fazenda Nacional e a falida Ribeiro & Cachão Ld.ª, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (Artigo 223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.)

18 de Outubro de 2007. — A Juíza de Direito, *Cidália Pereira da Silva*. — O Oficial de Justiça, *Fernando Almeida*.

1193233629912

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÉVORA

Anúncio n.º 3570/2008

Processo n.º 2965/06.0TBEVR-D — Prestação de Contas de administrador

Referência 1086593

Insolvente: Jorge Humberto da Silva Fragoso da Cunha e outra

A Dr(a). Ana Mafalda Sequinho dos Santos, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores os insolventes Jorge Humberto da Silva Fragoso da Cunha, estado civil: Casado, NIF187323798, BI 8128462, Endereço: Herdade Perdiganito, N.ª Sr.ª Machede, Évora, 7005-683 N.ª Senhora de Machede e Ana Cristina Cardoso Veiga da Cunha Fragoso, estado civil: Casado, NIF 190708751, BI 7704304, Endereço: Herdade Perdiganito, N.ª Sr.ª Machede, Évora, 7005-683 N.ª Senhora de Machede, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação